

10ª Jornada Científica e Tecnológica

7º Simpósio da Pós-Graduação

ISSN 2319-0124

UMA TRAJETÓRIA DA MULHER NO FUTEBOL BRASILEIRO (1941-1979)

Amanda C. de CASTRO¹; João G. A. da SILVA²; Mateus C. PEREIRA³

RESUMO

Sabe-se que as mulheres muito sofreram e ainda sofrem quando se trata da inserção das mesmas no meio futebolístico, já que o futebol desde sua origem é marcado por ser praticado fortemente por homens, pois eram considerados mais fortes e aptos para a sua prática. Desse modo, este trabalho tem como objetivo discorrer sobre o período entre 1941 e 1979, marcados, respectivamente, pelo início da proibição legal da prática do futebol feminino até o fim da proibição, por meio de uma pesquisa histórica e exploratória, cujas as fontes foram escolhidas através de artigos e trabalhos que abordam sobre o período escolhido. Conclui-se que durante o período em questão as mulheres realizaram algumas iniciativas de prática da modalidade, mesmo proibida. Inicialmente com caráter beneficente e de entretenimento e posteriormente com caráter de luta pela liberação. Tais ações permitiram a revogação parcial da proibição do futebol para as mulheres no final de 1979.

Palavras-chave: Futebol praticado por mulheres; História; Resistência.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a prática do futebol pelas mulheres alcançou destaque considerável com a emergência da craque Marta e de resultados em torneios importantes, tais como mundiais e jogos olímpicos, especialmente na primeira década dos anos 2000. Entretanto, o futebol praticado por homens tem tido destaque no cenário mundial desde o advento dos campeonatos mundiais, na década de 30 do século passado. Quais razões para tal diferença? São inúmeros os motivos, mas em decorrência dos limites espaciais deste texto nos deteremos a discorrer sobre razões históricas.

A prática do futebol pelas mulheres foi proibida pelos governos brasileiros desde a década de 40. E neste trabalho abordaremos o longo período de ilegalidade do futebol praticado por elas no Brasil, evidenciando marcos históricos, leis e iniciativas que se opuseram à proibição.

Segundo Goellner (2004 apud SANFELICE, 2013) o esporte é considerado um fenômeno social de grande abrangência e visibilidade, e faz parte da vida de muitas pessoas. Porém, as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam diversas barreiras para tornarem-se visíveis no meio esportivo futebolístico.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo discorrer sobre as iniciativas de prática do futebol pelas mulheres no período de 1941 até 1979, identificando suas motivações e características.

2. MATERIAL E MÉTODOS

¹Amanda C. de CASTRO - IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. Email: amandacastro2799@gmail.com

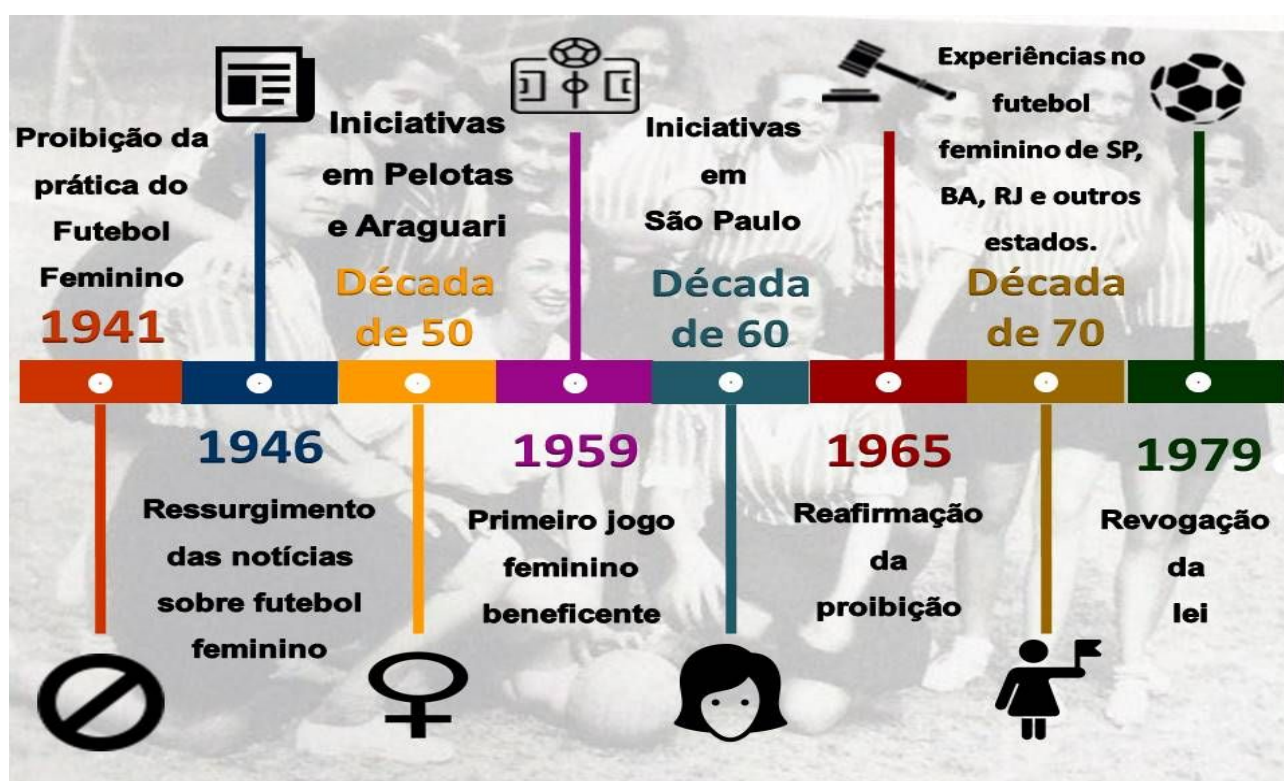
¹João G. A. da SILVA - IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. Email: joao.5jg@gmail.com

²Mateus C. PEREIRA- IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. Email: mateusmooc@gmail.com

Trata-se de uma pesquisa histórica e exploratória cujas fontes são bibliográficas. Sendo dissertações, teses e artigos que discorrem sobre o período em questão. O recorte temporal é de 1941 (marcado pelo início da proibição legal da prática do futebol pelas mulheres) até 1979 (fim da proibição legal). Os dados foram pesquisados no google acadêmico e na base digital de teses e dissertações (BDTD). Os descritores utilizados foram futebol feminino e história. No google acadêmico foram encontrados 12 citações referentes à temática e recorte temporal indicados; na BDTD, 6 trabalhos. Dadas as limitações espaciais deste texto, tais fontes foram citadas superficialmente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 1: Linha do tempo dos principais acontecimentos do futebol feminino de 1941 a 1979.



Fonte Própria (2018).

Na década de 20 começa a popularização do futebol no Brasil. A prática cresce, alcançando cada vez mais as mulheres, principalmente nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro (MOURA, 2003). Entretanto, no ano de 1941, o Conselho Nacional dos Desportos trazia, no seu artigo 54, a seguinte indicação: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”, ou seja, era terminantemente proibido a prática de esportes como o futebol, halterofilismo, futebol de salão, entre outros esportes considerados inviáveis para a participação de pessoas do sexo feminino, impossibilitando dessa maneira a disseminação do

futebol para as mulheres. O Governo Getúlio Vargas deu ouvidos aos apelos de médicos e jornalistas homens que questionavam que mulheres pudessem praticar uma modalidade viril e de caráter público, contrapondo-se ao modelo de mulher sensível e dedicada ao lar que se queria perpetuar.

Consequentemente, logo após esse decreto o futebol feminino que estava em ascensão foi perdendo espaço na mídia. Contudo, a partir de 1946, a imprensa esportiva volta a discorrer sobre a prática de determinados esportes realizados por mulheres, incluindo o futebol. Porém, esses meios de comunicação eram ambíguos, ora publicavam matérias com médicos defendendo a proibição, ora a condenavam (MOURA, 2003). Na década de 50 surgem Iniciativas em Pelotas (RIGO et al, 2008) e Araguari (SOUZA JUNIOR, 2013), proibidas pelo CNE quando ganham repercussão.

No ano de 1959, mesmo com as opiniões negativas e com a lei de proibição, as mulheres tiveram uma vitória no tribunal, com a permissão de disputar uma partida beneficente com intuito de arrecadar fundos para construção de um hospital em São Paulo. “Uma vitória no meio jurídico mostrava que, mais do que nunca, a resistência contra a lei da proibição mantinha-se forte.”(LIMA; PINHEIRO, 2018, p.6)

Eventualmente, com esta intensificação da luta pelas mulheres jogarem, a revogação da lei e a volta dos seus direitos de praticar esportes livremente parecia estar próxima. Porém, a ditadura dominou o cenário brasileiro e com isso em 1965 a proibição foi reafirmada por meio do parecer nº.7 do CNE.

Ao longo da década de 70 se ampliam movimentos feministas e pela prática do futebol pelas mulheres. Começam os Mundiais, à revelia da FIFA. Equipes femininas ganham os campos (na Bahia, São Paulo, Mato Grosso etc) e praias (no Rio de Janeiro). Tal contexto permite a revogação da proibição de 1965 em dezembro de 1979, ainda que não viesse acompanhada da permissão para que equipes filiadas às federações tivessem quadros femininos, atrasando o início da profissionalização da modalidade.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que o período de 1941 até 1979 foi marcado por constantes tentativas de se praticar o futebol pelas mulheres, como as do Rio de Janeiro na década de 40, Araguari e Pelotas na década de 50, São Paulo na década de 60 e em vários outros locais do Brasil na década de 70, resultando depois de muito esforço na liberação da prática da modalidade, por meio da revogação da deliberação nº. 7/65, substituindo-a pela de nº. 10/79, permitindo dessa maneira a disseminação legal da prática. Em virtude dos fatos relatados, percebe-se que o futebol feminino obteve um

grande atraso para o desenvolvimento da modalidade no país. Como citou Juliana Cabral (2017, p.xx), ex-jogadora da Seleção Brasileira: “A mulher foi proibida por 38 anos de jogar dentro do país, é óbvio que ela vai ter um atraso gigantesco em relação à técnica e ao desenvolvimento do jogo dentro do país. Agora, a maioria das pessoas não entende isso, costumam falar que mulher não sabe jogar e que o jogo é chato”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, N.. No país do futebol, as mulheres jogam com menos: falta salário, público e estrutura. IN **Nexo**. São Paulo, p. 1-1. maio 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/reportagem/2017/05/28/No-pa%C3%ADs-do-futebol-as-mulheres-jogam-com-menos-falta-sal%C3%A1rio-p%C3%BAblico-e-estrutura>. Acesso em: 05 jul. 2018.

LIMA, A.C.dos S; PINHEIRO, T.G.G. “Deixa as garota brincá”: a resistência na prática do futebol feminino frente a sua proibição (1941-1965). **Aurora**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-8, jan./jun. 2018.Disponívelem<https://revistaurora.files.wordpress.com/2018/06/aurorav1n1_05_limapinheiro.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MOURA, E. J. L. de. As relações entre lazer, futebol e gênero. 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Faculdade de Educação Física Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANFELICE, G.R. A **(in) visibilidade da prática esportiva feminina na mídia impressa**. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE). Brasília: Conbrace, 2013. 14 p.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade**. Doutorado em Educação Física – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, 373 p.

RIGO, Luiz Carlos et al. NOTAS ACERCA DO FUTEBOL FEMININO PELOTENSE EM 1950: UM ESTUDO GENEALÓGICO. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 29, n. 3, p.177-188, maio 2008.